



FAZENDA JARDIM, VILA JARDIM - JARDIM: O FUNCIONAMENTO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO NOME PRÓPRIO¹

GARDEN FARM, GARDEN VILLAGE - GARDEN: THE SEMANTIC-ENUNCIATIVE FUNCTIONING OF THE PROPER NAME

Vicentina dos Santos Vasques Xavier (PPGL/UNEMAT-Cáceres)²
vasques.vicentina@gmail.com

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira (UNIFESSPA/UNEMAT)³
rosiregio@gmail.com

Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)⁴
taisirkarim@hotmail.com

RESUMO: O trabalho desenvolve a análise do funcionamento semântico-enunciativo da designação de Jardim (cidade), sob a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento. O corpus para este trabalho se constitui de: A narrativa de Taunay (1997) na obra *A Retirada da Laguna*⁵, o nome Fazenda Jardim; Os registros narrados por Lima (2006, p. 27) sobre a fundação da Vila Jardim; A cópia do Diário Oficial de 14/12/53, que trata da criação do município de Jardim. Para o estudo nos apropriamos dos estudos de Guimarães (2002, 2011, 2018) e de Karim (2003, 2012, 2016, 2018). O objetivo era analisar o movimento semântico-enunciativo dos nomes que nomearam a atual cidade Jardim. Percebeu-se a constituição dos sentidos a partir do movimento de reescrituração entre os nomes Fazenda Jardim, Vila Jardim e Jardim, a cidade.

PALAVRAS-CHAVES: Jardim, nome próprio, sentidos e reescrituração.

ABSTRACT: The work develops the analysis of the semantic-enunciative functioning from Jardim (city) designation, under the theoretical perspective of Event Semantic. The corpus for this work consists of the Taunay's narrative (1997) in the paper work: *The Retreat of Laguna*; the name Jardim Farm; the records told by Lima (2006, p. 27) about the foundation of Jardim village; the copy of the Official Gazette of

¹ Trabalho de qualificação em área teórica diferente, sob a orientação da Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira e do Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim. Nossos agradecimentos à banca, Profa. Dra. Jocysa Cristina Pereira de Souza pelas preciosas contribuições ao desenvolvimento da pesquisa.

² Aluna do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, Área de concentração: Estudo de Processos Discursivos, no curso Doutorado em Linguística.

³ Professora na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres.

⁴ Professor Adjunto do Curso de Letras e Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da UNEMAT. Coordenador do CEPEL-Centro de Estudos e Pesquisa da Linguagem. Coordenador dos Projetos de Pesquisas: Estudo da Significação: Nomes Próprios /FAPEMAT e Atlas dos Nomes que Dizem das cidades Brasileiras – Um Estudo Semântico-Enunciativo/CNPq.

⁵ TAUNAY, Alfredo d' Escagnolle, 1843-1899. *A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Organização Sergio Medeiros. SP: Companhia das Letras, 1997.

12/14/1953, which deals with the creation of Jardim county. For the study, we appropriated ourselves by Guimarães' studies (2002, 2011, 2018) and by Karim's (2003, 2012, 2016, 2018). The objective was to analyze the semantic-enunciative movement of the names that addressed the current Jardim city. The constitution of meanings was perceived from the rewriting movement between the names of Jardim Farm, Jardim Village and Jardim, the city.

KEYWORDS: Jardim city; Proper name; Meanings and rewriting.

1 Introdução

Começo por dizer que não há como falar da história de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome (GUIMARÃES, 1992, p.16).

No presente trabalho desenvolvemos uma análise que compreende o funcionamento semântico-enunciativo da designação de *Jardim* (cidade), sob a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento⁶. O corpus para este trabalho se constitui de recortes realizados em três diferentes textos: 1. A narrativa de Taunay (1997, p. 58) na obra *A Retirada da Laguna*⁷, que apresenta, pela primeira vez o nome *Fazenda Jardim*⁸; 2. Os registros narrados por Lima (2006, p. 27) sobre a fundação da *Vila Jardim*⁹; 3. A cópia do Diário Oficial de 14/12/53, que trata da criação do município de *Jardim*.

Para este estudo tomaremos alguns conceitos basilares da Semântica do Acontecimento, conforme desenvolvida por Guimarães (2002, 2011, 2018). O semanticista, partindo do campo da enunciação, apresenta quatro pressupostos para discutir o acontecimento da linguagem, a saber, a língua e o sujeito, que se constituem pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo, a temporalidade e “o real a que o dizer se expõe ao falar dele”, que se constitui pelo simbólico e em um mundo vivido por meio do simbólico (GUIMARÃES, 2005, p. 11). Pelo mesmo viés teórico também utilizaremos os estudos de Karim (2003, 2012, 2016, 2018) e outros autores.

⁶ A Semântica do Acontecimento é definida como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

⁷ TAUNAY, Alfredo d' Escagnolle, 1843-1899. *A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Organização Sergio Medeiros. SP: Companhia das Letras, 1997.

⁸ A Fazenda Jardim teve seu início à margem da rodovia que interliga o Município de Guia Lopes da Laguna à Bonito.

⁹ LIMA, Rita C. B. *Jardim: A história de uma cidade*. Jardim, MS: Gráfica Bodoquena, 2006.

Nessa perspectiva, temos como objetivo analisar o movimento semântico-enunciativo dos nomes que nomearam a atual cidade *Jardim*. Os recortes para a análise têm origem nos registros históricos, nos quais esses nomes são enunciados, conforme mencionamos acima. Assim, é possível perceber a constituição dos sentidos a partir do movimento de *reescrituração* entre os nomes *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim* e *Jardim*, a cidade.

O objeto de análise deste estudo é a designação do nome *Jardim*, que constitui um espaço a partir da nomeação de uma fazenda. Nesse espaço se formou, mais tarde, uma vila, passando, posteriormente a ser organizada em município com a criação da cidade, segundo leis estabelecidas pelas autoridades locais.

Para compreendermos a designação desse nome vamos observar o movimento semântico-enunciativo constituído pelo processo polissêmico entre os sentidos que se dão como descritivos e que constroem a identidade do lugar nomeado, um processo que acontece “a partir de procedimentos linguísticos, movimentos semânticos que permitem o deslocamento funcional que leva uma expressão descritiva a significar um nome.” (KARIM, 2016, p. 64).

A posição adotada do lugar da Semântica do Acontecimento sustenta a compreensão de que o sentido de um termo não é fixo e, da mesma forma, não se reduz a uma definição ou conceito. O sentido é construído na enunciação, no funcionamento da linguagem, que se dá na relação constitutiva entre sujeito/língua/história. Guimarães (2005), sustenta que o sentido é produzido enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação.

Esse lugar específico dos estudos de linguagem nos permite analisar o movimento semântico de uma expressão/nome linguística, observar a sua não unicidade semântica, ou seja, nos permite observar a pluralidade de sentidos que a constitui.

Outro pressuposto a ser considerado neste estudo será o do político na linguagem. Guimarães propõe que (2005, p. 18):

os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos

divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Diante desse exposto, percebe-se a que a enunciação se dá a partir do funcionamento da língua na relação entre o sujeito, a língua e a história, em uma temporalidade própria do acontecimento, na qual o presente do acontecimento recorta um memorável e abre em si uma latência de futuro, uma futuridade.

Os estudos sobre a designação do nome *Jardim* pretendem se nortear pela análise do funcionamento enunciativo e seu movimento semântico, a partir da materialidade histórica do real, que será apreendida em textos históricos e em documentos oficiais que funcionam como lugar de produção de sentidos (OLIVEIRA, 2019, p. 255). Esses registros contam sobre a origem do nome da cidade, no entendimento de que os nomes estão associados a uma história de enunciações.

Neste estudo consideraremos a designação do nome *Jardim* (cidade) na relação com os nomes atribuídos anteriormente a esse mesmo espaço, como *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim*. Mencionaremos sobre o município de Guia Lopes da Laguna pelo fato dessas terras (*Jardim* e Guia Lopes da Laguna) terem constituído o espaço, sendo desmembradas quando ainda era *Fazenda Jardim*, cuja sede e posse localizavam-se no atual município de Guia Lopes da Laguna, que na época da guerra do Paraguai abrangia as margens direita e esquerda do rio Miranda, compreendendo uma área de 46.000 hectares.

Nesse sentido, tomamos os estudos de Karim que, ao tratar da nomeação de cidades, diz:

(...) a cidade, o espaço urbano, ao receber um nome, atribui-se a ela também os sentidos de suas relações sócio-históricas, sua própria certidão de existência enquanto tal, sua identidade. O nome passa então a designar esse espaço normatizado juridicamente, assim produz sentidos que passam a significar o limite geográfico de divisão com outros de fato e direito, está-se desse modo constituindo sua relação com outras cidades, mais ainda, esse acontecimento constrói sentidos que possibilita o direito de este espaço sócio urbano ser governado com autonomia político-administrativa, segundo suas próprias leis, e esse conjunto de procedimentos permite considerá-lo um espaço único, com sua gente, seus costumes, uma cidade que se constitui pela diferença das demais. (KARIM, 2012, p. 33).

Por isso, tomamos como proposta de reflexão as condições históricas e geográficas da localidade *Jardim* (cidade). Para o desenvolvimento do estudo da designação dos nomes, consideraremos os registros de Lima (2006)¹⁰, cuja obra¹¹ se baseia nas anotações do diário particular de seu pai, Cyrillo Camargo Carvalho Braga, personagem que participou dos acontecimentos que ocorreram durante o período de criação da *Vila Jardim*, *Distrito de Jardim* e por último, a criação de *Jardim*, a cidade.

2 O funcionamento semântico-enunciativo

2.1 O aparato teórico e metodológico: alguns conceitos

Como já dissemos acima, este estudo toma a perspectiva teórico-metodológica da Semântica do Acontecimento ou Semântica da Enunciação, uma semântica “que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer.” (GUIMARÃES, 2005, p. 7).

Dessa forma, “a noção de espaço de enunciação é essencial para pensar a cena enunciativa” sendo essa “um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 23). Para esse autor, os lugares de enunciação são configurações do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, como lugares constituídos pela linguagem e não pelas pessoas. Espaço de enunciação, também denominado de espaço enunciativo, são os espaços habitados pelos falantes sujeitos organizados que são autorizados ao dizer, bem como aos modos de dizer (p.21).

Ainda sobre a cena enunciativa, Guimarães (2005, p. 23) afirma que esta “se caracteriza por constituir modos de enunciação de acesso a palavra dadas as relações

¹⁰ Destaca-se que até o momento não há nenhuma outra obra publicada, a não ser a de Lima (2006), que apresente os registros históricos sobre a transição do nome Fazenda *Jardim* para *Vila Jardim* e, posteriormente, *Jardim*.

¹¹ Lima (2006, p. 13) escreve em seu livro *Jardim: A história de uma cidade*, dizendo que seu pai Cyrillo Camargo Carvalho Braga “teve o hábito durante toda a vida, de escrever um diário. Nele escrevia tudo o que acontecia à sua volta; no mundo, no Brasil, no Estado, na sua família e consigo próprio.” (LIMA, 2006, p. 13).



entre figuras de enunciação e as formas linguísticas”. Ainda, segundo esse autor, cenas são especificações locais nos espaços de enunciação, distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. São lugares constituídos pelos dizeres e não por pessoas donas de seu dizer. Assim, é a partir do *agenciamento enunciativo* que ocorre a assunção da palavra e a constituição desses lugares de dizer (OLIVEIRA, 2013, p. 64), que o locutor está autorizado “a falar de certos lugares de locutor e não de outros”, como está também autorizado a ter outros interlocutores. Diante disso, é no agenciamento enunciativo que o falante se constitui no espaço de enunciação como Locutor, Locutário, locutor-x, alocutor-x e enunciador.

Dessa forma, no espaço de enunciação, nesse lugar social, o Locutor se constitui como aquele que fala e se apresenta no dizer como fonte daquilo que fala (GUIMARÃES, 2005, 24). Assim, aquele que enuncia, tomado como Locutor, representado pela letra L maiúscula, é a representação da origem do dizer, no entanto, para que isto ocorra, o Locutor, necessariamente, deve ser agenciado por um lugar social de locutor, já que ele é díspar do locutor-x. De igual modo, para estar no lugar de Locutor (L), é preciso estar predicado por um lugar social, por exemplo, como locutor-vítima, locutor-escrivão, locutor-juiz etc., lugar que o autoriza a dizer algo de certo modo e em certa língua. Logo, essa disparidade que é própria tanto do Locutor quanto do locutor-x, se dá “entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Sobre a temporalidade do acontecimento KARIM (2012, p. 32) diz que

o nome significa em relação ao tempo e espaço em que se está nomeando, dito de outra forma, o significado de um nome se apresenta como consequência desse momento histórico (história marcada pela temporalidade cronológica), e se resume nessa representação de o nome se constituir em um sentido determinado como único e estável, efeito da unicidade. (KARIM, 2012, p. 32).

O pesquisador explica que na temporalidade do acontecimento se dá o presente, quando o passado não é uma lembrança. Ele completa que o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações, como parte de uma nova temporalização como se fosse uma latência de futuro (p. 32).

Ainda sobre enunciação e acontecimento, o tempo passado, no acontecimento, é rememoração de enunciações, tomamos a posição de Guimarães (2005, p. 12):

O passado é, no acontecimento rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p.12).

Como teoria para estas discussões também é relevante que consideremos o mapa como texto, ao que Guimarães (2005, p. 59), se posiciona: “tomar um mapa como texto é considerá-lo como linguagem, desse modo vamos considerar aqui um mapa como um acontecimento de linguagem”. O pesquisador nos apresenta que o mapa temporaliza, como acontecimento, quer seja, o acontecimento de linguagem movimenta enunciados de um memorável que constitui o presente do acontecimento (p. 60), o que facilita as novas enunciações. Diante dessa explicação, Guimarães referenda o mapa como texto, e afirma que o mapa significa em virtude de sua “configuração enunciativa”, sua característica interativa.

Outro conceito relevante para esta interlocução é sobre a *reescrituração*, que para Guimarães (2005) é um procedimento enunciativo pelo qual se diz o que já se disse, e isso produz uma atribuição de sentido aos termos da *reescrituração*. Karim (2016, p. 63) afirma que

só é possível pensar a relação entre uma palavra e o que ocorre, em virtude da relação desta com outra. A relação de uma expressão ou nome com as coisas no mundo, a qual ela refere, não é simplesmente um processo que objetiva etiquetar para classificar algo no mundo [...] (KARIM, 2016, p. 63).

Para esse autor as palavras, os termos e as expressões não estão soltas nos espaços de enunciação, elas se relacionam entre si, numa cadeia de interlocuções que vão se formando e organizando os discursos que circulam socialmente nos diferentes espaços de produção e circulação de sentidos.

3 A constituição histórica do espaço nomeado *Jardim*

Não há como falar da história de um nome sem que se fale da História em que o nome se dá como nome. Guimarães (1992, p. 16 *apud* Karim, 2012) e nesse entendimento será o nosso trabalho de analisar o movimento semântico-enunciativo dos nomes que nomearam a atual cidade *Jardim*.

A história de *Jardim* está ligada à Guerra do Paraguai. Esse espaço originalmente era uma *fazenda*, de propriedade de José Francisco Lopes, tendo sido mencionada nos idos anos de 1864, quando Taunay (1997) narra sobre a Guerra da Tríplice Aliança no seu livro *A Retirada da Laguna*.

Nesse contexto histórico, para conhecer a história da Guerra do Paraguai que teve seu palco na *Fazenda Jardim*, é relevante conhecer sobre José Francisco Lopes, antigo proprietário da fazenda Jardim. Esse personagem “Conhecia perfeitamente os campos que confinam com o rio Apa, fronteira do Império com o Paraguai; havia explorado certas localidades virgens até então nunca pisadas pelo homem”. (TAUNAY, 1997, p. 57). Esse conhecimento da geografia local fez com que o personagem Lopes transitasse com facilidade por todo o estado. Assim, com o início dos conflitos da Guerra do Paraguai, Lopes tornou-se personagem fundamental para os soldados brasileiros, guiando os militares durante as suas expedições de guerra.

Para situarmo-nos nesse contexto histórico-geográfico e estudarmos a história do nome da cidade Jardim é necessário conhecermos também um pouco do episódio sobre *A Retirada da Laguna*, importante fato ocorrido na Guerra do Paraguai. Esse conflito ocorreu devido às pretensões do ditador paraguaio, Francisco Solano Lopes, que desejava conquistar terras na região da Bacia do rio da Prata, cujo objetivo era obter uma saída para o Oceano Atlântico.

O estado de Mato Grosso, localizado no interior do País, enfrentava muitas dificuldades de contato e aproximação com o governo federal devido às distâncias e insuficiências de meios de transporte. Lima (2006, p. 15) diz que muitos brasileiros, de origem paraguaia, que residiam nos municípios de *Jardim*, Guia Lopes da Laguna, Dourados, Nioaque e Miranda insistem em afirmar que Mato Grosso e Mato Grosso do

Sul já pertenceram ao Paraguai. Lima (2006), em relatos a partir do diário pessoal de seu pai, Cyrillo Camargo Carvalho Braga, reforça que as terras da antiga *Fazenda Jardim* sempre pertenceram ao Brasil, cujas terras foram anexadas ao território brasileiro pelos bandeirantes, entretanto, o exército do Paraguai, sob ordens de Francisco Solano López, invadiu, pela região em que se localizava a fazenda, a província brasileira de Mato Grosso (*Idem*, p. 17).

Como José Francisco Lopes conhecia muito bem a região até ao rio Apa, que fica na divisa do Brasil com o Paraguai, foi convidado para ser o guia da expedição, passando a ser conhecido como Guia Lopes. Este personagem orgulhava-se tanto pelo seu conhecimento geográfico da região que, certa feita, disse em relação às terras de sua *fazenda*: “Só se meu filho lhes ensinou; porque ninguém mais, além de Deus, de mim e do meu filho, sabe ir da minha fazenda ao Apa pelos campos”. Diante dessa afirmativa o grupo riu e encerrou-se o assunto (TAUNAY, 1997, p. 154). Essa afirmação possibilita compreender/demonstra que Lopes estudava a geografia de sua propriedade andando a cavalo pelo campo acompanhado de seu filho (*Ibidem*).

Na sequência dos acontecimentos surgiu o episódio que marcou a história de *Jardim*, até então *Fazenda Jardim*, localizada na Província de Mato Grosso, ocorrido no período de 8 de maio a 11 de junho de 1867. Diz-se que após atingir a estância Laguna, em terras paraguaias, o coronel decidiu retrain, por ter limitações de suprimento e de meios de combate, iniciando assim a Retirada da Laguna. Essa estratégia não deu certo e a coluna do Coronel Camisão retornou à fronteira. Assim, deu-se que não foram bem-sucedidos nessa investida e resolveram retornar. Na volta muitas vidas se perderam, dentre essas, José Francisco Lopes, o Guia Lopes, o coronel Camisão e o coronel Juvêncio que foram enterrados nas *terras jardinenses*, local da periferia da atual *cidade de Jardim*. O local mais tarde denominou-se Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna, distando a aproximadamente 5 quilômetros do centro da cidade. O Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna atualmente é ponto turístico, no município de *Jardim*, bastante visitado. A guerra terminou em 1870 com a morte de Francisco Solano Lopes, em Cerro Cora.

Algumas décadas mais tarde, em 1934, surgiu a necessidade da construção de uma rodovia que ligasse o município de Aquidauana a Porto Murtinho e Bela Vista, ambos na fronteira com o Paraguai. Deu-se que o presidente Getúlio Dorneles Vargas designou o 6º Batalhão de Sapadores, unidade de engenharia do exército, sediada em Aquidauana para construir estradas que ligassem a Porto Murtinho e à Bela Vista. A partir de então, a Comissão de Estradas de Rodagem número 3 (CER-3) deslocou-se para a região da antiga *Fazenda Jardim*, decidindo-se, então pela compra de parte da *Fazenda Jardim*, cujo propósito era fazer loteamento e distribuir entre os funcionários civis e os militares, a fim de estabelecê-los no lugar.

Segundo os registros, em novembro de 1936 o comando militar superior ordenou o deslocamento da sede de Nioaque para a margem direita do rio Miranda, na vila conhecida como Patrimônio Guia Lopes. O batalhão foi transformado em 6º Batalhão Rodoviário. Por fim, em novembro de 1939, o 4º Batalhão mudou sua sede em definitivo para a margem esquerda do rio Miranda, estabelecendo-se nas terras da *Fazenda Jardim*, de propriedade do Senhor Fábio Martins Barbosa (LIMA, 2006).

Essa história da constituição do nome *Jardim*, desde *fazenda*, *Vila* e por último, *Jardim*, a cidade, vai se formando com as mudanças que vão acontecendo, de acordo com o que narra Lima (2006), conforme o decreto nº. 17832 de 20 de fevereiro de 1945, que cria a CER-3, e o Boletim do exército nº 9 de 03 de março de 1945 (*Idem*, p. 11).

Lima (2006) narra que os civis moravam em casas alugadas, no Patrimônio Guia Lopes, pequena vila que havia do lado direito do rio Miranda, atualmente município de Guia Lopes da Laguna. A vida no Patrimônio Guia Lopes seguia seu curso normal, durante o dia os servidores da CER-3 trabalhavam nas estradas e desenvolviam tarefas como medir os percursos, derrubar a mata, abrir as estradas com os tratores ligando as localidades Aquidauana a Porto Murtinho e a Bela-Vista. No fim do dia, esses funcionários retornavam para os seus lares, casas de tábuas alugadas. Daí surgiu a ideia de se adquirir as terras do fazendeiro, Fábio Barbosa Martins, que autorizou a mudança do acampamento e todas as famílias se mudaram para o entorno do novo acampamento, à margem esquerda do rio Miranda. Era a *Vila Jardim* surgindo em terras da antiga Fazenda Jardim.

3.1 A constituição dos sentidos de *Jardim* no processo de nomeação e renomeação

Então com passo tranquilo metia-me eu por algum recanto da floresta, algum lugar deserto, onde nada me indicasse a mão do homem, me denunciasse a servidão e o domínio; asilo em que pudesse crer ter primeiro entrado, onde nenhum importuno viesse interpor-se entre mim e a natureza. (J. J. Rousseau, O Encanto da Solidão)

Os nomes *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim* e *Jardim* ganharam força ilocutória (Ducrot, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2013). Quando um enunciado ganha força ilocutória está recebendo poder “jurídico” (OLIVEIRA, 2013, p. 56 - aspas da autora). Esse conceito que testifica a legitimidade dos/nos documentos oficiais do estado de Mato Grosso, bem como no processo sócio-histórico de suas formações ao longo da história, foi o que produziu o efeito que particularizou a localidade como uma cidade específica.

Ainda em relação a esses nomes, os acontecimentos que renomearam o lugar, de *Fazenda Jardim* para *Vila Jardim* e depois *Jardim* (a cidade) estabelecem como memorável a história de enunciação do primeiro nome dado ao lugar, enquanto *Fazenda Jardim*, dando-se a *reescrituração* por condensação para o nome atual, isto é, houve uma *reescrituração* anterior para *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim* e por último, *Jardim*.

Por isso, enunciar sobre *Jardim* é rememorar o que o nome *jardim* apresenta como sentido dicionarizado “Área em que se cultivam flores e plantas ornamentais” (*jardim* substantivo masculino), segundo HOUAISS (2009), o que tem relação com o que menciona Taunay (1997) quando escreve que a fazenda de Lopes abrigava laranjais carregados de frutas e oferecia pastagens adequadas e água em abundância para o desenvolvimento da pecuária, sendo este último o principal objetivo de Lopes.

Nessa relação, é possível considerar o que segundo Taunay (1997, p. 220),

“onde descansaríamos e, graças às suas laranjas, restabeleceríamos as forças (...) de inestimável valor para a saúde, e, todas as vezes que fora à *Jardim* para nos abastecer de gado, trouxera-nos grande quantidade dela, pois as árvores na época estavam carregadas e ainda deviam estar [...] pois as árvores na época estavam carregadas e ainda deviam estar. (TAUNAY, 1997, p. 220).

Nesse entendimento, percebemos que a nomeação de um lugar é fundamentalmente um acontecimento de linguagem, que no seu funcionamento enunciativo passa a dar existência àquilo que foi nomeado. Nesse sentido, tomamos os estudos de Guimarães (2003, p. 22) para afirmar que “um nome ao designar, funciona como elemento das relações histórico-sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte”. Assim, entendemos que ao analisar a significação do nome Jardim é importante considerarmos o espaço em que se constitui o município e como se dá a sua nomeação.

O município Jardim foi criado no Estado de Mato Grosso, mas, após a divisão do estado, passou a constituir Mato Grosso do Sul. Desse modo, vejamos como a partir da análise do nome Mato Grosso é possível observar alguns sentidos que são rememorados na constituição do nome *Fazenda Jardim*, por exemplo. Sobre a nomeação de Mato Grosso e a descrição do espaço geográfico desse estado, recorremos a Karim (2012, p. 43) que diz ser, o sertão de Mato Grosso, mencionado como lugar de contradição, conforme menciona Alambert (2001 *apud* Cruz, 2018, p. 230):

Em Taunay “sertão” significa um estado de contradição permanente. Define os espaços que formam o território e convivem sempre com a beleza arrebatadora e o estado de pobreza e desespero. O sertão é “esplendoroso” e “inóspito”, céu e inferno, natureza e cultura ao mesmo tempo (ALAMBERT, 2001, p. 221, grifos do autor).

Sertão foi o termo escolhido pelo jovem Taunay (1997) para referir-se ao espaço geográfico de nome Mato Grosso quando organizava a narrativa *A Retirada da Laguna*, que versa sobre os acontecimentos vividos no interior do Brasil entre os anos de 1865 e 1867, a partir das anotações do seu diário pessoal.

Alambert fez inferências na obra de Taunay quando este narrava sobre as terras mato-grossenses, em 1864 e numa linguagem poética, Alambert define o cerrado mato-grossense como espaço de contradição em que suntuosidade e carência de condições de habitação se misturavam e natureza e desinformação conviviam juntas.

Assim, nesse contexto histórico e geográfico, deu-se o processo de formação histórico-territorial do Estado do Mato Grosso, cujas terras, no ano de 1864,

foram invadidas pelos paraguaios, gerando a Guerra do Paraguai, conforme comentamos acima. Guerra essa que deixou importantes registros na história de *Jardim*, conforme cita Taunay (1997, p. 58 e 74) inicialmente no seu livro *A Retirada da Laguna*.

É nesse espaço geográfico de Mato Grosso, numa região entrecortada pelas águas do rio Miranda, que José Francisco Lopes escolhe estabelecer a sua residência e a nomeia como *Fazenda Jardim*, que, conforme menciona Taunay (1997), abrigava laranjais carregados de frutas e oferecia pastagens adequadas à pecuária, com abundância de água, sendo este um de seus objetivos.

Ao nomear a localidade como *Fazenda Jardim*, José Francisco Lopes, o faz (GUIMARÃES, 2002, p. 18) a partir do espaço de enunciação constituído de falantes e línguas diversas, já que nessas terras habitavam povos indígenas Guaranis, Terenas, Caiuás e Caiapós, tendo, através dos anos, novos povos se estabelecido na região, como por exemplo os Ofaiés. Esse espaço entrecortado pelo político, como relação de confronto (ORLANDI, 1990, p. 35), e pelas contradições, algumas normatizadas e outras que apresentam aspectos da exclusão dos não incluídos, como os indígenas que passaram a trabalhar nas terras dos brancos que estavam chegando. “Esse espaço se dá marcado pela constante regulação e disputa pelas palavras e pelas línguas nas quais se enuncia”, conforme nos afirma Karim (2012, p. 76). O autor diz ainda que espaço de enunciação:

É o espaço no qual os falantes enunciam marcados pelos lugares sociais e lugares de dizer, são estas marcas que os constituem, os distinguem sócio-historicamente e os identificam enquanto sujeitos sociais. É importante assinalar que essa relação não é empírica (indivíduo que apropria de uma língua qualquer para falar). (KARIM, 2012, p. 76)

Esse enunciado nos sugere que José Francisco Lopes ao nomear por *Fazenda Jardim* a sua propriedade o fez a partir do que era enunciado sobre as terras no sertão do Mato Grosso, que até aquele momento eram desconhecidas pelos demais povos de outros estados do Brasil.

3.2 A nomeação *Fazenda Jardim*

A seguir o *recorte R1*, extraído da narrativa de Taunay (1997, p. 58) na obra *A Retirada da Laguna*, quando este narra sobre a Guerra do Paraguai, e apresenta pela primeira vez o nome *fazenda Jardim*:

Durante sete anos residiu com a família no Paraguai, mas, quando ocorreu a invasão, já havia retornado ao solo brasileiro e habitava às margens do rio Miranda, *na fazenda Jardim*, tornada fértil por seu trabalho e pelo dos filhos já criados. Ele e a esposa, d. Senhorinha, hospedavam generosamente a todos que por lá passavam. (TAUNAY, 1997, p. 58) (**Grifo nosso**)

Para a análise semântico-enunciativa do nome *Fazenda Jardim* tomemos a cena enunciativa do acontecimento, que nomeia o lugar a partir dos registros históricos de Taunay (1997) sobre a Guerra do Paraguai. Para Guimarães (2005, p. 23) cenas enunciativas são detalhamento dos locais de enunciação e são constituídos pelos dizeres enunciados naquele espaço e não por pessoas, especificamente. Assim, compreende-se que um nome ou expressão se constitui no acontecimento do dizer, confirmando que é o efeito de sentido produzido pelas relações linguísticas e simbólicas. Sobre o conceito de nomeação, tomemos Guimarães (2005, p. 9): a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Para Karim (2012, p. 78)

O ato de nomear se dá de uma forma entre tantas outras possibilidades de uma língua. Esse modo e não outro de nomear é marcado pela distinção que significa no próprio ato e no nome que nomeia. Dar nome é dar identidade a algo, portanto, é constituir a própria existência histórica daquilo que se nomeou, é fazer algo existir pelo simbólico (KARIM, 2012, p. 78).

Ainda sobre os aspectos da nomeação, Guimarães (2005, p. 41) afirma que “Dar um nome próprio é falar segundo a deontologia do espaço enunciativo de uma língua” e complementa dizendo que “só o locutor-pai pode nomear, sendo-lhe negado o direito de não nomear, de não dizer (instalar) o nome do filho”. Assim, José Francisco Lopes, como locutor dono das terras que ora tomara posse se instala e nomeia as suas terras como *Fazenda Jardim*.

O recorte *R1*, extraído da narrativa de Taunay (1997, p. 58) na obra *A Retirada da Laguna*, quando este narra sobre a Guerra do Paraguai, apresenta pela primeira vez o nome *fazenda Jardim*:

Durante sete anos residiu com a família no Paraguai, mas, quando ocorreu a invasão, já havia retornado ao solo brasileiro e habitava às margens do rio Miranda, *na fazenda Jardim*, tornada fértil por seu trabalho e pelo dos filhos já criados. Ele e a esposa, d. Senhorinha, hospedavam generosamente a todos que por lá passavam. (TAUNAY, 1997, p. 58) (**Grifo nosso**).

Nesse entendimento, vê-se que os registros históricos sobre a guerra do Paraguai dão conta da existência de uma *fazenda* denominada *Jardim*, conforme cita Taunay (1997, p. 58 e 74) inicialmente no seu livro, *A Retirada da Laguna*. Percebe-se, assim, que *Jardim* foi o nome que José Francisco Lopes dera ao lugar que encontrara às margens do Rio Miranda, quando viera de Minas Gerais, acompanhado de sua família em busca de uma vida com oportunidade de prosperidade.

O recorte *R1 fazenda Jardim* nos reporta aos estudos de Guimarães (2005, p. 12), quando diz que o acontecimento temporaliza e instala sua própria temporalidade. Porém, não é o sujeito do dizer que temporaliza, por isso, que não deve ser tomado como origem do tempo, mas pela temporalidade ao dizer. Dessa forma, o autor apresenta o conceito de memorável, como sendo um recorte de um passado que o faz significar, “o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciados, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalidade, tal como a latência de futuro.” (p.12).

O lugar nomeado por Lopes é uma fazenda, *Fazenda Jardim*. Conforme o dicionário da Academia Brasileira de Letras-ABL (2008) fazenda é “propriedade destinada à lavoura ou à criação de gado”¹². E jardim significa “área em que se cultivam flores e plantas ornamentais”, segundo a mesma fonte. Nessas configurações a fazenda de Lopes fazia parte da grande extensão de terras “quase isolada do restante do país [...] distante da corte e sem acesso rodoviário [...] (LIMA, 2006, p. 15).

¹² Significado de fazenda segundo o Dicionário da Academia Brasileira de Letras, ABL, 2008, p.578.



A Fazenda Jardim ora localizada no sertão do Mato Grosso. O termo sertão/cerrado, conforme retrata Oliveira, (2000 *apud* Cruz, 2018), “... advém do latim *desertanum*, *desertum*, no antigo português *desertão*, isto é, lugar desconhecido, ermo, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento humano” (OLIVEIRA, 2000, p. 38)¹³. Nessa localidade Lopes estabeleceu-se com a sua família.

O guia Lopes, José Francisco Lopes, nomeia as suas terras de Fazenda Jardim, nesse espaço histórico e geográfico.

Taunay, o autor de A retirada da Laguna, caminhou durante longos meses ao lado de Lopes, mas não registrou em sua obra sobre o significado do nome *Jardim* que Lopes dera a sua fazenda. O autor, entretanto, registra sobre a fazenda de Lopes: “fazenda Jardim, tornada fértil por seu trabalho e pelos filhos [...]” (TAUNAY, 1997, p. 58). Percebe-se pela narrativa de Taunay que Lopes trabalhou e preparou a sua fazenda para que o espaço se tornasse belo, aprazível e florido, assim como um jardineiro prepara um lugar para que seja um *jardim*. Seria essa uma possibilidade de funcionamento para a constituição do nome *Fazenda Jardim*.

Nesse lugar inóspito e desabitado no interior do Brasil, na região centro-oeste, Lopes nomeou sua fazenda de *Jardim*. Assim, esse acontecimento nos remete à cena enunciativa que, por sua vez, determina a posição do Locutor na cena enunciativa, quando o falante é agenciado em Locutor em um lugar social. E desta forma, o locutor assume a palavra distribuída pela temporalização do acontecimento.

Segundo Guimarães (2005, p. 23), para falar, deve estar autorizado a fazê-lo numa dada língua e de determinado modo, ou seja, o Locutor pode ser visto como a origem do dizer, mas situado num lugar social de enunciação. Entende-se, por conseguinte, que o lugar de dizer do locutor-x é o lugar do dono da fazenda e dono da terra, logo, o proprietário da terra está agenciado desse lugar, portanto, autorizado a nomear o lugar. Percebe-se na nomeação “*Fazenda Jardim*” há um funcionamento em que o nome “*Jardim*” funciona como nome próprio que está ligado ao nome genérico “fazenda”. Então, o nome genérico “fazenda” é especificado por “*Jardim*. Assim,

¹³ OLIVEIRA, Ricardo de. Ficção, ciência, história e a invenção da Brasilidade Sertaneja. In: Ipotesi (UFJF), Minas Gerais, 4 v., n. 1, 2000, p. 37-53.

conforme Guimarães (2018), o nome próprio determina e é determinado pelo nome genérico, sendo essa relação entre o nome próprio e o genérico, parte da referência do nome. De acordo com o autor (idem, p. 177), isso se dá porque o nome próprio em questão não é capaz de referir, com exatidão. Desse modo, o nome genérico “fazenda” determina e especifica o nome próprio “Jardim”.

3.3 De *Fazenda a Vila Jardim*: o primeiro movimento de renomeação

O recorte R2, a seguir, foi extraído dos registros narrados por Lima (2016, p. 26-28) quando a autora conta sobre a fundação da *Vila Jardim*¹⁴, um espaço que foi organizado pelos militares, cuja ata, datada de 14/05/1946, foi assinada pelos moradores da localidade, na qual deu-se a criação da *Vila Jardim*.

No dia 14 de maio de 1946, o major Alberto Rodrigues da Costa fez uma reunião com os civis e militares candidatos aos lotes e disse que os primeiros que adquirissem os terrenos seriam considerados fundadores da nova comunidade que iria surgir. Resolveu dar à localidade o nome de “*Vila Jardim*”, em homenagem à primitiva fazenda aqui existente na época da guerra contra o Paraguai. Dessa reunião foi lavrada uma ata que denominamos “CERTIDÃO DE NASCIMENTO”, da cidade de Jardim. (LIMA, 2016. p. 26) (Grifo nosso).

Nesse entendimento é relevante considerarmos os estudos em que Guimarães (2018, p. 211), afirma que a renomeação funciona “segundo o caráter político da enunciação”, podendo significar “um litígio em que uma história enunciativa é negada no acontecimento que nomeia” (idem, p. 210).

A linha do tempo para a *Vila Jardim* marca o mês de março de 1945, quando houve a extinção do 4º Batalhão Rodoviário e foi criada a CER-3, de segmento do Ministério dos Transportes, para cujo comando foi nomeado o Major Alberto Rodrigues da Costa. Assim, nascia a 3 de março de 1945, a CER-3, organização militar ligada ao ministério da guerra. Após sua criação, a CER-3 impulsionou o desenvolvimento do vilarejo, que viria tornar-se a *Vila Jardim* (LIMA, 2006).

¹⁴ LIMA, Rita C. B. Jardim: A história de uma cidade. Jardim, MS: Gráfica Bodoquena, 2006, p. 26-28.



No processo de *reescrituração* (GUIMARÃES, 2005, p. 28) do nome *Jardim* percebemos/é possível perceber a importância que é dada à preservação do nome que Lopes dera à sua *fazenda* quando chegara ao sertão do Mato Grosso, antes de 1864, cujos nomes *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim* se fundem no percurso histórico e se torna, mais tarde, *Jardim* (a cidade)¹⁵. Naquele momento não era mais *fazenda*, porque se compunha de um aglomerado de moradores, cuja população variava entre uma aldeia e uma cidade, a localidade transformara-se em *vila*. Nesse sentido, a partir de 1946, a comunidade local começa a reconhecer-se como *vila* depois do registro de uma ata, conforme veremos mais adiante. Esse acontecimento coaduna com o que nos diz Dias (2016, p. 34),

Um nome de lugar também pode ser concebido do ponto de vista de um ativador sentimental. O seu uso pode representar tanto uma empatia por uma cidade quanto uma aversão, a depender da forma como habitantes da cidade, ex-habitantes, moradores vizinhos, viajantes, parentes de moradores, concebem a cidade (DIAS, 2016, p. 34).

Como vimos percebendo, há desejo por parte dos moradores de que a localidade permaneça com o nome que veio se estabelecendo nos diferentes períodos da história da organização da cidade.

Aos poucos a população civil no entorno do acampamento começou a aumentar, o que levou o major Costa a pensar em uma solução, pois este previa que poderia haver uma invasão do local que ora abrigava os funcionários civis e os militares da CER-3. Os servidores civis e militares que trouxeram suas famílias estavam muito mal acomodados, porque o acampamento tinha somente casas de pau-a-pique, cobertas de sapê ou de capim e dessa forma, expostos às doenças como o *barbeiro* e outras que atacavam as crianças e os adultos.

Assim, devido a todas essas dificuldades da população composta pelos civis e pelos militares e seus familiares, o Major Alberto Rodrigues da Costa, chefe da CER-3, conseguiu um pedaço das terras da *Fazenda Jardim*, do Senhor Fábio Martins Barbosa e loteou-o, vendendo-os a preços acessíveis aos servidores civis e militares da CER-3 e os

¹⁵ Conforme documento oficial Lei nº 677, de 11/12/1953, cópia constante ao final deste artigo.

moradores já começaram a construir as suas casas, agora cercadas de pau-a-pique e taquara batida, cobertas de palha de bacuri¹⁶ davam mais segurança às pessoas.

Nesse sentido, a organização da vida dos moradores vai tomando forma, agora que todos estavam seguros em suas casas, o comandante da CER-3 pensou em uma escola que atendesse às crianças da comunidade. Para isso, organizou a construção de um barracão de madeira, de aproximadamente 64m², com duas salas.

O nome *Vila Jardim*, para o povoado que ora fundavam, foi em homenagem ao herói Guia Lopes, proprietário das terras na *Fazenda Jardim*, que outrora servira como base e refúgio para as operações do exército brasileiro, cujos homens lutaram contra a invasão nas terras brasileiras próximas à fronteira paraguaia, o que segundo Dias (2016, p. 34) “o nome arregimenta, pois, sentimentos em relação ao objeto referido, ele baliza aproximações ou distanciamentos simbólicos em relação a um lugar ou cidade.”

Assim, retomando a ata de nomeação da vila, é possível dizer que esse acontecimento nos reporta aos estudos de Guimarães (2005), dizendo que

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

Nessa compreensão de espaço de enunciação em que os cidadãos jardinenses se organizaram e discutiram sobre a organização da *Vila Jardim*, cuja cena enunciativa “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”, se constituíam pela temporalização própria do acontecimento (GUIMARÃES, 2005). Sendo os operários os primeiros moradores, empregados da construção da rodovia, considerados os fundadores da *Vila Jardim*. Nesse sentido deu-se o acontecimento de linguagem, na enunciação, que segundo Guimarães (2005), se estabelece na relação do sujeito com a língua por meio da relação com a história e o social. Dessa forma, neste momento do percurso de

¹⁶ Bacuri – A palmeira (*Scheelea phalerata*) cresce na região do cerrado no Centro-Oeste e pode atingir até 10 metros de altura. Conhecida também por acuri, acurizeiro, coqueiro-acuri, ganguri. Da palmeira do bacuri são utilizadas as folhas para a cobertura de casas.

estudos, já podemos compreender o contexto social e político como espaço de enunciação específico em que funciona a palavra *Jardim*. (*Idem*, 2005).

Assim, nota-se que na renomeação “*Vila Jardim*” mantém-se o funcionamento em que o nome “*Jardim*” funciona como nome próprio que está ligado ao nome genérico “*vila*”. Então, o nome genérico “*vila*” é especificado por “*Jardim*”. Assim, da mesma forma que “*fazenda Jardim*”, o nome próprio determina e é determinado pelo nome genérico, sendo essa relação entre o nome próprio e o genérico, parte da referência do nome (GUIMARÃES, 2018). Então, o funcionamento apresentado acima se mantém, sendo alterado o nome genérico, que deixa de ser “*fazenda*”, que se refere a uma propriedade com um dono específico, e passa a ser “*vila*”, um espaço constituído por uma diversidade de moradores. Contudo, é mantido um nome genérico “*vila*”. Ou seja, considerando o que propõe Guimarães (*idem*), o nome próprio em questão ainda não é capaz de referir, com exatidão, sendo necessário a manutenção de um nome genérico funcionando como especificador.

Percebe-se que ao se renomear a localidade como *Vila Jardim*, trazendo para o funcionamento dessa renomeação o segundo nome atribuído ao local, que produz sentidos a partir da existência da *Fazenda Jardim* naquele espaço, está presente o memorável da nomeação ocorrida no momento da fundação da *Fazenda Jardim*, como a localidade que já existia. (GUIMARÃES, 2018, p. 200).

Ou seja, a renomeação *Vila Jardim* recorta como memorável os sentidos das enunciações que nomearam *Fazenda Jardim*, “pois o nome apresenta sentidos que são reconhecidos, aceitos pela coletividade, que sustenta a nomeação do alocutor-fundador/colonizador da fazenda que existia anteriormente, de acordo com o que mencionamos acima. Nesse entendimento, o memorável da nomeação oficial de *Fazenda* deixa de constar no acontecimento enunciativo da renomeação. (OLIVEIRA, BARONAS e KARIM, 2019, p. 10).

A partir de então, a localidade iniciou a sua estruturação geográfica e populacional, de *Vila Jardim* para *Jardim*, tornando-se cidade-polo com posição geográfica privilegiada. A ocupação progressiva da área se deu, principalmente, devido às terras férteis do local e aos bons campos (LIMA, 2006).

Considerando o processo de *reescrituração* (GUIMARÃES, 2005, p. 28) do nome *Jardim*, na transição de *fazenda Jardim* para *Vila Jardim* tomamos os estudos de Dias (2016, p. 47), sobre o processo de designação, que,

(...) considera que a relação que uma palavra mantém com aquilo que ela possa vir a designar é afetada pelos enunciados que sustentam essas palavras. Eles seriam “balizadores” da significação e das possibilidades de se ter a designação. (...) O sentido de uma palavra carregaria sempre uma variável que estaria no dizer em que ela se assenta. (...) consideramos que os nomes condensam enunciados agregados em torno de um objeto de dizer, cuja pertinência se deve a direcionamentos sócio-históricos (DIAS, 2016, p. 47).

Diante do pressuposto, o nome *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim* e *Jardim* (a cidade) condensam enunciados sócio-históricos, que constituem sentidos relacionados à história de funcionamento da língua portuguesa em que a palavra “*Jardim*” significa. Nessa medida, nomear a própria fazenda como *jardim*, traz inicialmente para a significação desse nome o belo, o colorido, um espaço de paz, construído por jardineiros. Contudo, ao ser atribuído por um locutor-proprietário, que ocupa um lugar de importância para a sociedade local, na medida em que o lugar vai se desenvolvendo e o povoamento também aumenta, o nome “*Jardim*” passa a ser considerado o nome da cidade.

3.4 *Jardim*: a criação do município

No acontecimento enunciativo da nomeação de *Jardim*, tomamos o *recorte R3*, extraído da Lei nº. 677/53, assinada pelo governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa e publicada no Diário Oficial de 14/12/53, em que esta autoridade criou o município de *Jardim*, cuja área foi desmembrada de Bela Vista tendo por sede atual a *Vila Jardim*, conforme se lê no documento que segue anexo a este texto.

Assim, o *recorte R3* apresenta a transcrição do Diário Oficial de 14/12/53, de 11 de dezembro de 1953, na qual de acordo com a Lei nº. 677/53, o governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, criou o município de *Jardim*:

D. OF. 14/12/53. LEI Nº 677, DE 11 de dezembro de 1953.



Cria o município de Jardim.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembleia legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o **município de Jardim** – cuja área será desmembrada do município de Bela Vista e compreenderá os limites do atual distrito de Paz.

Artigo 2º - O **Município de Jardim** ficará pertencendo à Comarca de Bela Vista e terá por sede atual a Vila Jardim.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1954, quando se iniciar a vigência da lei que dispuser sobre a divisão territorial e administrativa do Estado.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 11 de dezembro de 1953, 132º da Independência e 65º da República. **(Grifo nosso)**

a) Fernando Corrêa da Costa

Rubens Pinto de Arruda

A constituição de *Jardim*, como já mencionamos, tem a sua origem ligada ao desenvolvimento e povoamento das terras do município de Bela Vista, onde foi constituída a *Fazenda Jardim*, tornando-se *Vila Jardim*, sendo, mais tarde, desmembrada do município de Bela Vista, tornando-se município de acordo com a Lei nº 677, acima.

Segundo Karim (2016, p. 84), o acontecimento que nomeia o lugar passa a dar existência ao que até então não significava, não existia, ou seja, esse acontecimento de linguagem faz com que o lugar signifique pelo simbólico a urbe, constituída enquanto geografia de convívio e de práticas sócio-urbanas dos sujeitos ali instalados. (KARIM, 2016, p. 84). Nesse entendimento, o autor afirma que as palavras sobre o lugar são nomes e que são estes que classificam e identificam o efeito de sentido produzido pelo nome.

Assim, ao dizer do nome da cidade *Jardim*, percebe-se que a relação com o nome genérico não se mantém ao referir-se ao nome da cidade, que se chama “*Jardim*” e não “*cidade Jardim*”. Diante disso, o nome “*Jardim*” passa a nomear e referir o espaço como cidade. O que possibilita essa referência e/ou identificação é o fato de o nome já vir constituindo esse espaço anteriormente.

Passados mais alguns anos, em 11 de dezembro de 1963, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por meio da Lei nº 2.056, de

11/12/1963, Diário Oficial, de 13/12/63, decretou os limites do município de *Jardim*, conforme se lê na transcrição do referido documento, que segue anexo a este.

Estado de Mato Grosso

Assembleia Legislativa – Diário Oficial 13/12/1963.

Lei nº 2.056, de 11 de dezembro de 1963.

Retifica os limites do município de Jardim.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso: Faz saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu promulgo nos termos do § 2º do artigo 16 da Constituição do Estado a seguinte lei:

Artigo 1º - O município de Jardim, criado pela Lei nº 677, de 11 de dezembro de 1953, terá os seguintes limites: partindo da cabeceira da Prata, por este abaixo até sua foz no rio Miranda; por este acima até a serra de Maracaju; daí pelo espigão das águas do rio Miranda e Apa, seguindo pelas divisas das Fazendas Santa Eufrásia e Santo Amaro, até o marco em frente à cabeceira principal do rio Verde; daí pelo aramada da fazenda Margarida, divisa com a fazenda Aurora, até a cabeceira mais alta do ribeirão Caracol; daí por uma linha reta até a cabeceira do córrego Araras; por este abaixo até sua foz no rio Perdido; por este acima até a Serra da Bodoquena divisa com o município de Bonito; daí por uma linha reta até a cabeceira do rio da Prata, ponto de partida.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor a 1º janeiro de 1964, revogadas as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 11 de dezembro de 1963.

a) MANOEL DE OLIVEIRA LIMA – Presidente



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/jardim/panorama>. Acesso 18/12/2018.

Sobre o nome *Jardim*, “Os enunciados nos evocam incessantemente ao acesso histórico daquilo que os nomes designam, mas, ao mesmo tempo, como sujeitos históricos na relação com a língua, somos tomados pela diferença constitutiva entre tempos, e assim, instados a enunciar”. (DIAS, 2016, p. 48), assim, ao renomear a localidade como *Jardim*, trazendo para o funcionamento dessa renomeação o primeiro

nome atribuído ao local, que produz sentidos a partir do primeiro nome da localidade *Fazenda Jardim*, percebemos o memorável da nomeação ocorrida no momento da nomeação da fazenda de Lopes, a *Fazenda Jardim*. Esse pressuposto diz que o nome apresenta sentidos que são reconhecidos, aceitos pela coletividade daquele lugar. Esse consentimento sustenta a nomeação do alocutor-fundador(es) quando nomeou/nomearam *Fazenda Jardim* e *Vila Jardim* e por último, *Jardim*. Desse modo, o memorável da nomeação oficial da *Fazenda* e *Vila* não aparecem, ou seja, foram excluídos no acontecimento enunciativo da renomeação, o que nos confirma que o processo de nomeação e renomeação funciona segundo o caráter político da enunciação. (GUIMARÃES, 2018, p. 215).

Assim, a antiga *Fazenda Jardim*, de Lopes, que depois se tornou a *Vila Jardim*, organizada pelos militares e, por último, organizada em município *Jardim*, O nome próprio *Jardim*, a partir da sua constituição enunciativa, que se dá na relação com a história e com a sociedade (CRUZ e KARIM, 2016, p. 135), individualizou-se, passou a significar como único, tornando-se espaço geográfico singular, único no mundo.

Considerações finais

Por ora percebemos que o funcionamento do nome *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim* e, por fim, *Jardim*, mantendo-se a primeira nomeação atribuída pelo proprietário das terras, José Francisco Lopes, devido à identificação dos moradores que foram chegando ao lugar, porém, excluindo-se os nomes genéricos que o constituíam. O que possibilita a nomeação enquanto *Jardim* pode ser o reconhecimento daquele espaço pelos moradores, que não precisaram mais de um nome genérico para significar aquele espaço. Assim, bom jardineiro que ele era, constituiu um espaço, ou sejam uma fazenda como um *jardim* no meio do sertão.

Ainda em relação a esses nomes diz que os acontecimentos que renomearam o lugar, de *Fazenda Jardim* para *Vila Jardim* e depois *Jardim* (a cidade) se estabelece como memorável na história de enunciação do primeiro nome dado ao lugar, dando-se a *reescrituração* por condensação do primeiro nome *Jardim*, a fazenda. Firmou-se,

portanto, o reconhecimento do nome oficial da localidade, o que denota a pertinência enunciativa, conforme o conceito afirmado por Dias (2016, p. 35), como *formação nominal*, dá-se o reconhecimento de que o nome foi aceito.

E nesse acontecimento que os nomes *Fazenda Jardim*, *Vila Jardim* e *Jardim (a cidade)* ganharam força ilocutória no processo sócio histórico de suas formações ao longo da história, o que produziu o efeito que particularizou a localidade como uma cidade específica.

Referências

- ALAMBERT, F. **Literatura e política no Visconde de Taunay**. In: **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. ALMEIDA, Ângela Mendes et al. (Orgs). Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001. p. 219-228.
- CRUZ, E. N. **Representações do sertão em Inocência, de Visconde Taunay**. Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 7., n. 1., JAN-JUN, 2018, p. 227-241.
- DALMOLIN, J. V. **Guia Lopes da Laguna, Nossa Terra, Nossa Gente, Nossa História, 1858 a 1958**. Campo Grande, MS: Livraria e Editora, 2011.
- Dicionário da Academia Brasileira de Letras**, ABL, Companhia Editora Nacional, 2008, p. 578.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo designativo da enunciação**. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.
- GUIMARÃES, E. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. **Domínio Semântico de Determinação** (in.) GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, Maria Cecília (orgs.) *A palavra forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007.
- GUIMARÃES, E. **Análise de Texto. Procedimentos, análises, Ensino**. São Paulo: Hucitec, 2017.
- GUIMARÃES, E. **Semântica: Enunciação e Sentido**. Campinas, SP. Pontes Editores, 2018.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. CD-ROM: International Standard Book Number (ISBN) <9788573029635>. Editora Objetiva, 2009.
- KARIM, T. M. Di Renzo, A. M., Bressanin, J.A., Karim, T. M. **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras. Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso (Fase I)**. Campinas, Pontes, 2016.



KARIM, T. M. **Dois nomes dois destinos**. In: Línguas e instrumentos linguísticos. Pontes, Campinas-SP, 2003.

KARIM, T. M. **Dos nomes à história – o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso**. Campinas – São Paulo: Unicamp, 2012. Tese de Doutorado.

LIMA, R. C. B. Jardim: **A história de uma cidade**. Jardim, MS: Gráfica Bodoquena, 2006.

MARTINS, D. **Historia do Mato Grosso**. São Paulo: V Bicego, [s.d.]. 204 páginas.

MEDEIROS, S. X. **Senhorinha Barbosa Lopes – uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai**. Campo Grande: Editora Gibim, 2007.

OLIVEIRA, R. de. **Ficção, ciência, história e a invenção da Brasilidade Sertaneja**. In: Ipotesi (UFJF), Minas Gerais, 4 v., n. 1, 2000, p. 37-53.

OLIVEIRA, R. R. R. **Os lugares de enunciação na designação e na argumentação de marcha para oeste e progresso**. Entremeios: revista de estudos do discurso. n.8, Jan/2014. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br>. Acessado em: 18 dez 2018.

OLIVEIRA, R. R. R. **A “marcha para o oeste” no Brasil: entre a civilização e o sertão**. Tese Doutorado. Campinas, SP. 2013.

OLIVEIRA, R. R. R. **A ocupação e a civilização no movimento dos sentidos designação, espaço de enunciação, e argumentação**. In: Pria, Albano Dalla/Karim, Jocineide Macedo/Bressanin, Joelma Aparecida e Karim, Taisir Mahmudo (Orgs.). Estrutura, acontecimento e formação: os sentidos do político nos estudos da linguagem. Editora Pontes, Campinas, 2019.

OLIVEIRA, R. R. R. **Nova Xavantina: Nomeação e renomeação no movimento da marcha para oeste**. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira (UEMS). Roberto Leiser Baronas (UFSCar) e Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT). Artigo no prelo. 2019.

ORLANDI, E. P. **Terra à Vista**. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.

PEREIRA, W. S. Alta Floresta; Nome de Cidade de Mato Grosso. In: KARIM, T. M. et al (Org.,). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras. Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso (Fase I)**. Campinas, Pontes, 2016.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

TAUNAY, A. d' Escragnolle, 1843-1899. **A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai**. Organização Sergio Medeiros. SP: Companhia das Letras, 1997.

TAUNAY, A. d' Escragnolle. **Inocência**. 19ª ed., São Paulo: Ática, 1991 (Bom Livro).

WIMMER, N. **A paisagem sul mato-grossense sob a perspectiva de Taunay**. XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências. 13 a 17 de julho de 2008. USP – São Paulo, Brasil.

CHAMORRO. G.; COMBÈS. I. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** / Organizadores: Graciela Chamorro, Isabelle Combès -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

Recebido em: 19/12/2022 | Aprovado em: 21/07/2024
Publicado em: 12/07/2025
